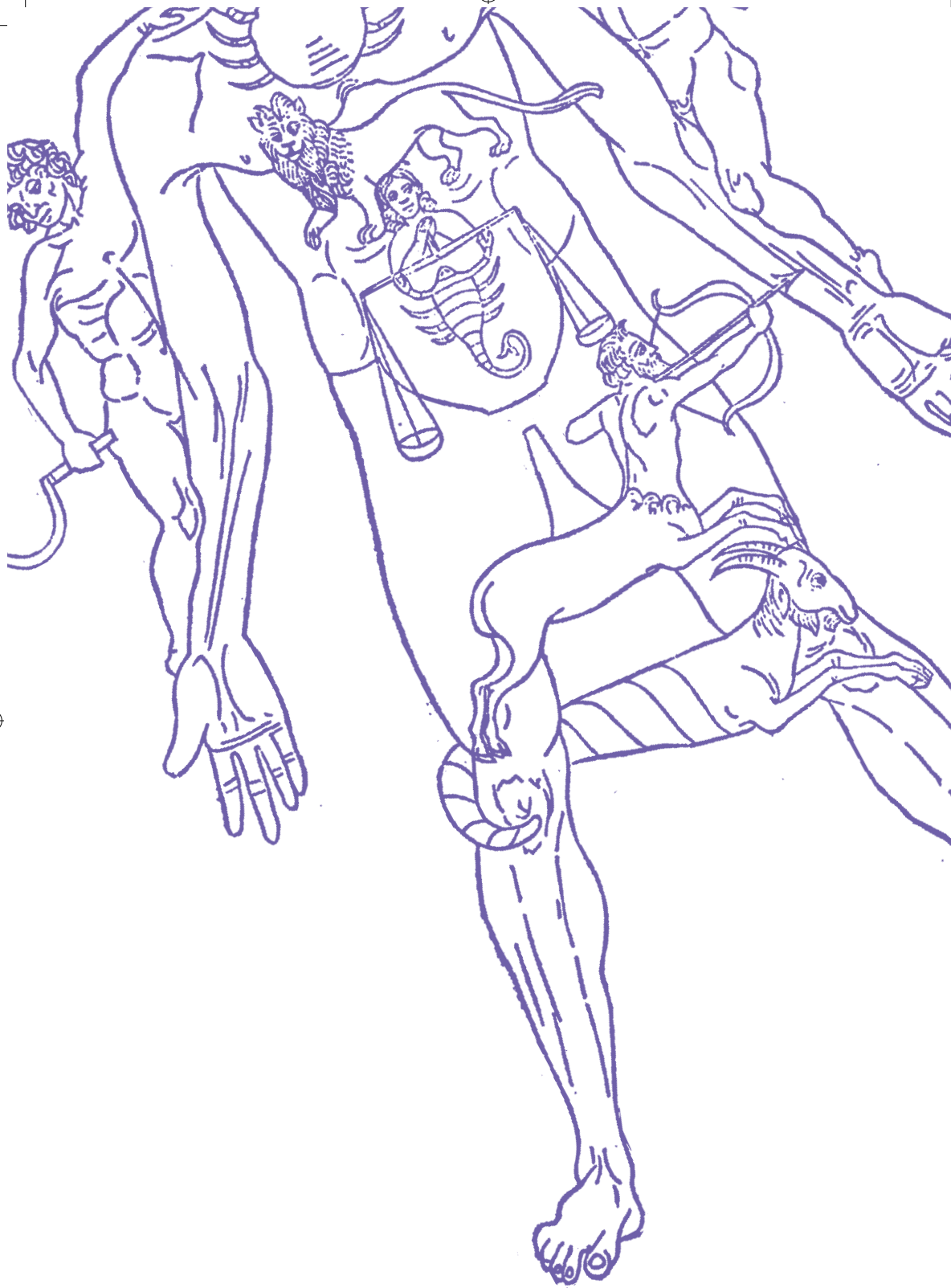






Calibã e a Bruxa

—
as mulheres,
o corpo e a
acumulação
original



**Silvia
Federici**

ORFEU
NEGRO

A PUBLICAÇÃO DESTA OBRA BENEFICIOU DE UMA PARCERIA
COM HANGAR – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO ARTÍSTICA



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

dgARTES DIREÇÃO-GERAL
DAS ARTES

TÍTULO ORIGINAL

Caliban and the Witch: Women, The Body and Primitive Accumulation

AUTORA

Silvia Federici

TRADUÇÃO

Pedro Morais

REVISÃO

João Berhan

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Rui Silva | www.alfaiataria.org

PAGINAÇÃO

Rita Lynce

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas

COPYRIGHT

© 2014 Silvia Federici

© 2020 Orfeu Negro

1.ª EDIÇÃO

Lisboa, Maio 2020

DL xxxxxx/20

ISBN 978-989-8868-79-4

ORFEU NEGRO

Rua Silva Carvalho, n.º 152 – 2.º

1250-257 Lisboa | Portugal | +351 21 3244170

info@orfeunegro.org | www.orfeunegro.org

Prefácio

Calibã e a Bruxa apresenta os principais temas de um projecto de pesquisa sobre as mulheres na «transição» do feudalismo para o capitalismo que comecei em meados da década de 1970, em colaboração com a feminista italiana Leopoldina Fortunati. Os seus primeiros resultados surgiram num livro que publicámos em Itália em 1984, *Il Grande Calibano: Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale* (Milão, FrancoAngeli).

O meu interesse nesta pesquisa foi inicialmente motivado pelos debates que acompanharam o desenvolvimento do movimento feminista nos Estados Unidos relativamente às raízes da «opressão» das mulheres e às estratégias políticas que o movimento deveria adoptar na sua luta de libertação. Na altura, as principais perspectivas teóricas e políticas em que as análises da realidade da discriminação sexual se baseavam foram as propostas pelos dois principais ramos do movimento das mulheres: o das feministas radicais e o das feministas socialistas. Do meu ponto de vista, porém, nenhuma delas oferecia uma explicação satisfatória sobre as raízes da exploração social e económica das mulheres. Opunha-me às feministas radicais devido à sua tendência para explicar a discriminação sexual e o domínio patriarcal com base em culturas estruturais trans-históricas que supostamente operavam independentemente das relações de produção e de classe. As feministas socialistas, pelo contrário, reconheciam que não se pode dissociar a história das mulheres da história de sistemas específicos de exploração, dando prioridade, nas suas análises, às mulheres enquanto trabalhadoras na sociedade capitalista. Mas o limite do seu ponto de vista, segundo a compreensão que eu então tinha do mesmo, era o de não conseguir reconhecer a esfera da reprodução enquanto fonte de criação de valor e de exploração, identificando, por isso, as raízes da diferença de poder entre mulheres e homens na exclusão das mulheres do desenvolvimento capitalista

—posição que, mais uma vez, nos levava a confiar em esquemas culturais para justificar a sobrevivência do sexismo no universo das relações capitalistas.

Foi nesse contexto que a ideia de investigar a história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo ganhou forma. A tese que inspirou esta pesquisa foi primeiramente articulada por Mariarosa Dalla Costa e por Selma James, assim como por outras activistas no seio do movimento por um salário para o trabalho doméstico, numa série de textos que na década de 1970 foram muito controversos, mas que acabaram por redefinir o discurso sobre as mulheres, a reprodução e o capitalismo. Os mais influentes de entre estes foram *The Power of Women and the Subversion of the Community* (1971), de Mariarosa Dalla Costa, e *Sex, Race and Class* (1975), de Selma James.

Contra a ortodoxia marxista, que explicava a «opressão» das mulheres e a sua subordinação aos homens como um resíduo das relações feudais, Dalla Costa e James defendiam que a exploração das mulheres teve um papel fundamental no processo de acumulação capitalista, dado que as mulheres têm sido as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. Segundo Dalla Costa, o trabalho não remunerado no lar tem sido o pilar em que assenta a exploração dos trabalhadores assalariados, «a escravidão salarial», e o segredo da sua produtividade (1972: 31). Por isso, a diferença de poder entre as mulheres e os homens na sociedade capitalista não pode ser atribuída à irrelevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista — uma irrelevância desmentida pelas regras estritas que têm dirigido a vida das mulheres — nem à sobrevivência de esquemas culturais intemporais. Deve antes ser interpretada como a consequência de um sistema de produção social que não reconhece a produção e a reprodução da trabalhadora enquanto actividade socioeconómica, e fonte de acumulação de capital, mas que, pelo contrário, mistifica essa actividade enquanto recurso natural ou serviço pessoal, ao mesmo tempo que lucra com a condição não assalariada da mão-de-obra envolvida.

Ao fixarem a exploração das mulheres na sociedade capitalista na divisão sexual do trabalho e no trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, Dalla Costa e James demonstraram ser possível transcender a dicotomia entre patriarcado e classe, dando um conteúdo histórico específico ao patriarcado. Também abriram o caminho para uma reinterpretação da história do capitalismo e da luta de classes de uma perspectiva feminista.

Foi com esse espírito que Leopoldina Fortunati e eu começámos a estudar o que só eufemisticamente pode ser descrito como a «transição para o capitalismo» e a pesquisar sobre uma história que não nos fora ensinada na escola, mas que se revelou decisiva para a nossa educação. Essa história não oferecia apenas uma compreensão teórica da génese do trabalho doméstico nas suas principais componentes estruturais: a separação entre produção e reprodução, o uso especificamente capitalista do salário para comandar o trabalho das não assalariadas e a desvalorização da posição social da mulher com o surgimento do capitalismo. Fornecia também uma genealogia dos conceitos modernos de feminilidade e masculinidade que desafiaram a suposição pós-moderna de que haveria uma predisposição quase ontológica na «cultura ocidental» para apreender o género mediante oposições binárias. As hierarquias sexuais, achámos, estão sempre ao serviço de um projecto de dominação que só se pode sustentar através da divisão, constantemente renovada, de quem pretende governar.

O livro que resultou dessa pesquisa, *Il Grande Calibano* (1984), foi uma tentativa de repensar a análise de Marx sobre a acumulação original de um ponto de vista feminista. Mas nesse processo as categorias marxianas aceites revelaram-se inadequadas. Entre as vítimas encontram-se a identificação marxiana do capitalismo com o aparecimento do trabalho assalariado e do trabalhador «livre», que contribui para ocultar e naturalizar a esfera da reprodução. *Il Grande Calibano* também criticou a teoria do corpo de Michel Foucault; de acordo com o que argumentámos, a análise de Foucault das técnicas e disciplinas de poder a que o corpo tem sido sujeito ignorou o processo da reprodução, fundiu as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado, e demonstrou um desinteresse tão grande no «disciplinamento» das mulheres que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos ao corpo perpetrado na época moderna: a caça às bruxas.

A tese principal em *Il Grande Calibano* foi a de que, para compreendermos a história das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, devemos analisar as mudanças introduzidas pelo capitalismo no processo de reprodução social e, particularmente, na reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, o livro examinou a reorganização do trabalho doméstico, da vida familiar, da educação dos filhos, da sexualidade, das relações entre o homem e a mulher, e da relação entre produção e reprodução na Europa dos séculos XVI e XVII. Esta análise é reproduzida em *Calibã e a Bruxa*;

contudo, o escopo do presente volume diverge do de *Il Grande Calibano*, pois responde a um contexto social diferente e a um conhecimento da história das mulheres cada vez maior.

Pouco depois da publicação de *Il Grande Calibano*, deixei os Estados Unidos e comecei a dar aulas na Nigéria, onde permaneci quase três anos. Antes de partir, tinha enfiado os meus papéis numa cave, não esperando vir a precisar deles durante algum tempo. Mas as circunstâncias da minha estadia na Nigéria não me permitiram esquecer esse trabalho. Os anos entre 1984 e 1986 foram um ponto de viragem para a Nigéria, como para a maioria dos países africanos. Foram os anos em que, em resposta à crise da dívida, o governo nigeriano se envolveu em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que acabaram por resultar na adopção de um Programa de Ajustamento Estrutural, a receita universal do Banco Mundial para a recuperação económica em todo o planeta.

O objectivo declarado do programa foi o de tornar a Nigéria competitiva no mercado internacional. Mas foi desde logo evidente que isso envolvia um novo ciclo de acumulação original e uma racionalização da reprodução social que visava destruir os últimos vestígios de propriedade comunal e de relações comunitárias, impondo, nesse sentido, formas mais intensas de exploração laboral. Foi assim que assisti ao desdobramento de processos muito parecidos com os que tinha estudado aquando da preparação de *Il Grande Calibano*. Entre estes registavam-se o ataque aos terrenos comuns e uma intervenção decisiva do Estado (instigada pelo Banco Mundial) na reprodução da força de trabalho: para regular as taxas de procriação e, neste caso, reduzir o tamanho de uma população considerada demasiado complicada e indisciplinada para a sua possível inserção na economia global. Além dessas políticas, apropriadamente chamadas de «Guerra Contra a Indisciplina», também testemunhei a alimentação de uma campanha misógina que denunciava a vaidade das mulheres e as suas exigências excessivas, assim como o desenrolar de um aceso debate parecido, em muitos sentidos, à *querelle des femmes*¹ do século XVII, tocando todos os aspectos da reprodução da força de trabalho: a família (polígama contra a monógama, nuclear contra a alargada), a educação dos filhos,

1 A *querelle des femmes* (querela das mulheres) refere-se a um debate intelectual sobre a natureza, as qualidades e o papel social das mulheres. (N.T.)

o trabalho das mulheres, as identidades masculina e feminina e as relações entre estas.

Neste contexto, o meu trabalho sobre a transição ganhou um novo significado. Na Nigéria, compreendi que a luta contra os ajustamentos estruturais faz parte de uma longa luta contra a privatização fundiária e a «vedação» (*enclosure*) não só de terrenos comuns, mas também de relações sociais, que remonta à origem do capitalismo na Europa e na América do século XVI. Também compreendi quão limitada é a vitória alcançada pela disciplina de trabalho capitalista neste planeta e quantas pessoas ainda vêm as suas vidas de formas radicalmente opostas aos requisitos da produção capitalista. Para os fomentadores do desenvolvimento, as agências multinacionais e os investidores internacionais, este foi e continua a ser o problema de lugares como a Nigéria. Mas para mim foi uma fonte de grande motivação, pois provou que ainda há em todo o mundo forças impressionantes que se opõem à imposição de um modo de vida concebido apenas segundo as condições capitalistas. A motivação que ganhei deveu-se também ao meu contacto com a Women in Nigeria (WIN), a primeira organização feminista no país, que me levou a compreender melhor as lutas que as mulheres nigerianas têm travado para defender os seus recursos e recusar o novo modelo patriarcal que lhes é imposto, promovido agora pelo Banco Mundial.

No final de 1986, a crise da dívida chegava às instituições académicas, e eu, já não sendo capaz de me sustentar, deixei a Nigéria – fisicamente, mas não espiritualmente. A ideia dos ataques dirigidos ao povo nigeriano nunca me abandonou. Por isso, o desejo de voltar a estudar «a transição para o capitalismo» tem-me acompanhado desde que regresssei. Interpretei os acontecimentos na Nigéria pelo prisma da Europa do século XVI. Nos Estados Unidos, foi o proletariado nigeriano que me fez regressar às lutas pelos comunais (*commons*)² e ao disciplinamento capitalista das mulheres, dentro e fora da Europa. No meu regresso, comecei também a leccionar num programa interdisciplinar para universitários, onde me confrontei com um tipo diferente de «vedação»: a vedação do conhecimento, ou seja, a perda

2 O conceito de comunais (*commons*) é reiteradamente usado pela autora neste trabalho para se referir genericamente a tudo o que era de uso colectivo, ou comunal, abrangendo terrenos de cultivo, de caça, de pastagem, rios, lagos, prados, montes, florestas, ou seja, os recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das comunidades, que não estavam delimitados para uso privado. (N.T.)

cada vez maior, entre as novas gerações, do sentido histórico do nosso passado comum. É por isso que em *Calibã e a Bruxa* reconstituo as lutas anti-feudais da Idade Média e as lutas mediante as quais o proletariado europeu resistiu ao surgimento do capitalismo. Ao fazê-lo, tenho como meta não só disponibilizar aos leigos nesta matéria os dados que sustentam as minhas análises, mas também reavivar a memória das gerações mais jovens sobre a longa história de resistência que hoje corre o risco de desaparecer. Preservar essa memória histórica é crucial se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo, pois essa possibilidade dependerá da nossa capacidade para escutar as vozes de quem já percorreu caminhos semelhantes.